

Notas_Mesa - Governança

Para Elisabetta Recine, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a saída do Brasil do Mapa da Fome não pode ser explicada por um único fator, mas por um conjunto articulado de processos, políticas e compromissos. “Não há uma razão para a saída do Mapa da Fome, há uma constelação de processos, de articulações, de compromissos e de ações que nos levaram a esse resultado”, afirmou. Ao recuperar o percurso recente, ela destacou que a primeira saída, em 2014, ocorreu em um contexto que posteriormente deu lugar à fragilização das políticas públicas. “A gente começa a observar, já naquele momento, um processo de enfraquecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional, que vai se aprofundando de forma intensa a partir de 2016 e, sobretudo, a partir de 2019”, disse.

Segundo Recine, o retorno do Brasil ao Mapa da Fome está diretamente relacionado ao desmonte institucional e à perda de prioridade política do tema. Ela citou como exemplos a desestruturação de políticas voltadas à agricultura familiar, a descontinuidade de programas e a redução de recursos orçamentários. “Quando você procurava onde estava a agricultura familiar no governo federal, ninguém sabia. Ela não estava em lugar nenhum”, afirmou. A pesquisadora também chamou atenção para os impactos concretos nos territórios: “A gente precisa olhar o que estava acontecendo nas comunidades, nas unidades básicas de saúde, nos CRAS, nas filas do INSS. É ali que os efeitos desse dismantelamento aparecem de forma mais dura”.

Apesar dos avanços recentes, Recine alertou para fragilidades persistentes, especialmente na dimensão orçamentária. “Os resultados que alcançamos são para serem celebrados, mas também para serem protegidos”, afirmou. Segundo ela, com exceção de programas como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, grande parte das políticas de segurança alimentar ainda opera com recursos muito limitados. “Se conseguimos esses resultados com tão poucos recursos, imagine o que seria possível com um orçamento adequado”, pontuou, destacando a forte assimetria no financiamento das políticas e os desafios para avançar em agendas como a transição justa dos sistemas alimentares.

Ao final, Recine enfatizou que há um elemento transversal que sustenta todos os avanços: a democracia. “Não há como pensar em prioridade política, em adequação orçamentária, em intersectorialidade e em participação social se a gente não proteger os nossos processos democráticos”, afirmou. Para ela, foi a recuperação da democracia que possibilitou a retomada das políticas públicas e os resultados recentes no combate à fome. “Essa democracia é imperfeita, cheia de coisas a serem melhoradas, mas foi ela que permitiu que chegássemos a um momento muito melhor do que estávamos em dezembro de 2022. Sem ela, não tem jeito”, concluiu.

Betta Recine

- Retomou o histórico da SAN no Brasil, com destaque para o período de fragilização das políticas e do orçamento público para a agenda. Desde 2016, com agravamento a partir de 2019. Nesse sentido, pontua a dificuldade de tornar algumas agendas/política perenes, que muitas vezes são susceptíveis aos governos
- Betta também deu destaque para a necessidade de investir em políticas que olhem para a produção e abastecimento de alimentos, que não é qualquer alimento, mas alimentos saudáveis, produzidos de forma agroecológica e sustentável.
- CONSEA - espaço da participação social é imprescindível. Realizar o DHAA e transformar os sistemas alimentares exige esforço e mobilização social, e nesse sentido, os espaços de participação social são fundamentais.
- O Encontro Conferência + 2 pretende ser um momento de monitoramento dos planos nacionais e identificação das confluências com os planos estaduais. A proposta é incluir uma camada qualitativa nesse monitoramento para olhar não só como está se dando o uso do orçamento público, mas o alcance das metas e como as políticas e programas estão alcançando seus objetivos.
- Os resultados alcançados até aqui devem ser honrados, celebrados e protegidos
- Democracia como transversal a todos esses debates. A proteção (e defesa) da nossa democracia, dos espaços democráticos é imprescindível para dar coerência dentro do governo, garantir a intersetorialidade